



Vistos Etc.,

No dia 29/10/2018 a sociedade empresária I. PINHELI & E. VIAN FERRAGENS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – ME (CIA FERRO) ingressou com processo de recuperação judicial, alegando que estava passando por uma crise econômico-financeira que foi ocasionada pela grande crise econômica que atingia o país, a qual impactou diretamente o setor da construção civil, fato que acarretou na diminuição drástica do faturamento e aumento do seu endividamento, somando o valor de R\$ 5.608.908,41 (cinco milhões, seiscentos e oito mil, novecentos e oito reais), mas, contudo, que possui condições para a superação da crise enfrentada.

Na decisão de mov. 21.1 foi deferido processamento da recuperação judicial, sendo concedida a tutela de urgência para o fim de: a) garantir o fornecimento de serviços essenciais da empresa; b) garantir a livre movimentação das contas correntes da recuperanda; e c) garantir a permanência dos veículos e maquinários em geral sob a posse da recuperanda, durante o período de suspensão.

No mov. 53.1 foi expedido edital de intimação de credores e de terceiros interessados noticiando o deferimento do processo da recuperação judicial, tendo este o prazo de 30 (trinta) dias.

No mov. 75.1, a Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Maringá – Sicoob Metropolitano, opôs embargos de declaração em face da decisão de mov. 21.1, sustentando existir omissão no *decisum*, tendo em vista que a operação realizada pela recuperanda era de desconto de títulos, de modo que não estaria abrangida pela decisão liminar que determinou a livre movimentação das contas correntes da empresa autora, pois houve a ressalva apenas das operações decorrentes de “cessão fiduciária”.

No mov. 109.2 a empresa em recuperação apresentou o plano de recuperação judicial, o qual foi recebido na decisão de mov. 145.1.

No mov. 114.1 determinou-se a intimação do administrador para se manifestar sobre os embargos de declaração opostos pela Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Maringá – Sicoob Metropolitano, alertando-





se para a inexistência do efeito suspensivo dos embargos aclaratórios e sobre a necessidade de cumprimento integral da decisão prolatada. Ainda, na mesma oportunidade, deferiu-se o pedido do administrador para que não houvesse reserva de 40% do valor dos honorários para depois da prestação de contas final.

No mov. 121 o administrador apresentou a relação de credores da recuperanda e requereu a publicação de edital na imprensa oficial.

Na decisão de mov. 145.1 foram rejeitados os embargos de declaração opostos no mov. 75.1 e determinou-se a prorrogação do *stay period* até a data da realização da assembleia geral de credores (em primeira ou segunda convocação). Na mesma ocasião, foi recebido o plano de recuperação apresentado pela recuperanda no mov. 109.2, na forma do parágrafo único, artigo 53, da LFRE, determinando-se a expedição de edital constando o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação ao Juízo de impugnações à relação de credores e de 30 (trinta) dias para eventuais objeções ao plano, nos moldes do artigo 55, da Lei nº 11.101/2005.

No mov. 231.1 foi expedido edital da relação de credores e aviso sobre o recebimento do plano de recuperação judicial apresentado, com prazo de 10 dias para apresentação de impugnação à relação de credores e 30 dias para objeções ao plano.

Foram apresentadas 05 (cinco) objeções ao plano de recuperação (movs. 169, 251, 270, 322 e 327) e nenhuma impugnação ao quadro de relação de credores.

No mov. 364.1 foi designada a realização da assembleia-geral de credores, designando a data de 06/12/2019, às 09:00hs para realização da assembleia, em primeira convocação, e o dia 13/12/2019 às 09:00hs para segunda convocação.

No dia da primeira convocação designada (06/12/2019) foi instalada a AGC e discutido e votado o plano de recuperação judicial da devedora (mov. 517), se manifestando o Ministério Público, a recuperanda e o administrador judicial favoravelmente à concessão da recuperação judicial.

Após os autos vieram conclusos para apreciação.

É o essencial a ser relatado. Decido.





Dos Débitos Tributários da Recuperanda

Na decisão de mov. 540.1 a recuperanda foi advertida que a homologação do plano de soerguimento aprovado em Assembleia, com o consequente deferimento da recuperação judicial, dependeria da apresentação das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa dos débitos tributários, na forma dos artigos 57 e 58, da LFRE, fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias contados da realização da AGC para o cumprimento da diligência.

A referida exigência foi cumprida pela recuperanda no mov. 557, com a apresentação de Certidões Negativas das Fazendas Municipal e Estadual e Certidão Positiva com Efeito de Negativa da Fazenda Nacional.

Diante disso e considerando a necessidade de homologação para início dos prazos previstos no plano aprovado em AGC, sobretudo dos referentes às obrigações trabalhistas, passo à sua análise.

Da Homologação do Plano de Recuperação – Aplicação do *Cram Down*

Conforme a legislação de regência, será considerado aprovado o plano que obtiver, nas classes II e III, o voto favorável dos credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembleia e, cumulativamente, pela maioria simples dos credores presentes; já nas classes I e IV será considerado aprovado o plano que obtiver a maioria simples dos credores presentes, independentemente do valor de seu crédito (art. 45, §§ 1º e 2º, da LFRE).

A Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e, em segunda convocação, com qualquer número (art. 37, caput e § 2º, da LFRE).





No caso dos autos, verifica-se que foi estabelecido quórum necessário para instalação da AGC em primeira convocação:

CLASSE I – TRABALHISTAS: De um total de 08 (oito) credores estiveram presentes 06 (seis), com créditos equivalente a 91,68% do total dos créditos da classe.

CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS: De um total de 19 (dezenove) credores estiveram presentes 10 (dez), com equivalente 65,90% do total dos créditos da classe.

CLASSE IV – MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE: De um total de 10 credores estiveram presentes 07 (sete) com créditos equivalente a 74,39% do total dos créditos da classe.

Quanto ao quórum de votação, a ata dos trabalhos da assembleia apresentou dois cenários: um computando o crédito do credor SICOOB no montante de R\$ 3.271,32 e outro considerando o crédito de R\$ 689.719,06.

No primeiro cenário apresentado pelo administrador judicial, computando o crédito do credor SICOOB no montante de R\$ 3.271,32, verifica-se que o plano teve aprovação de 100% dos credores presentes das classes I e IV, contudo, não se obtendo aprovação na classe III dos quirografários, pois foi obtido o voto de 04 (quatro) credores, equivalentes a 40% dos presentes e 62,57% do valor do crédito da respectiva classe.

No segundo cenário apresentado pelo administrador judicial, computando o crédito do credor SICOOB no montante de R\$ 689.719,06, verifica-se que o plano teve aprovação de 100% dos credores presentes das classes I e IV, contudo, não se obtendo aprovação na classe III dos quirografários, pois foi obtido o voto de 03 (três) credores, equivalentes a 30% dos presentes e 48,61% do valor do crédito da respectiva classe.





Inicialmente, é importante destacar que deverá ser considerado para fins de aprovação do plano de recuperação o primeiro cenário, levando em consideração o crédito do credor SICOOB no montante de R\$ 3.271,32, tendo em vista que esta questão já foi decidida por este Juízo no mov. 145.1, tendo sido apenas garantido o direito de participação do credor na assembleia e com voto computado em apartado para o fim de evitar eventual alegação de nulidade.

Dito isso, passo a analisar a possibilidade ou não da aprovação do plano de recuperação judicial da autora.

Pois bem. Depois que o devedor apresentar seu plano de recuperação judicial, cabe aos credores analisar o plano e decidir se o devedor deve ter a concessão da recuperação ou não.

Após a apresentação do plano de recuperação os credores terão o prazo de 30 dias para apresentar suas objeções ao plano. Caso nenhum dos credores apresente objeções ao plano, significa que houve uma aprovação tácita, hipótese em que não se convoca assembleia, passando-se a fase do art. 57, da LFRE.

Havendo objeções pelos credores ao plano de recuperação apresentado pelo devedor, o juiz deverá convocar, no prazo de 150 dias, assembleia geral, a qual poderá tomar 3 decisões:

- (i) aprovar o plano sem alterações;
- (ii) aprovar o plano com alterações;
- (iii) não aprovar.

Para ser aprovado, o plano de recuperação necessita da aprovação, em cada classe, por credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembleia e, cumulativamente, pela maioria simples dos credores presentes, ressalvada a classe dos credores trabalhistas em que a aprovação se dá por cabeça, isto é, não é considerado o valor do crédito do votante, nos termos dos artigos 42 e 45 da LFRE:





“Art. 42. Considerar-se-á aprovada a proposta que obtiver votos favoráveis de credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembléia-geral, exceto nas deliberações sobre o plano de recuperação judicial nos termos da alínea a do inciso I do caput do art. 35 desta Lei, a composição do Comitê de Credores ou forma alternativa de realização do ativo nos termos do art. 145 desta Lei.”

“Art. 45. Nas deliberações sobre o plano de recuperação judicial, todas as classes de credores referidas no art. 41 desta Lei deverão aprovar a proposta.

§ 1º Em cada uma das classes referidas nos incisos II e III do art. 41 desta Lei, a proposta deverá ser aprovada por credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembléia e, cumulativamente, pela maioria simples dos credores presentes.

§ 2º Nas classes previstas nos incisos I e IV do art. 41 desta Lei, a proposta deverá ser aprovada pela maioria simples dos credores presentes, independentemente do valor de seu crédito.”

Caso o plano apresentado pelo devedor seja aprovado com alterações, será necessário que o devedor consinta expressamente com as mudanças e que elas não causem prejuízos aos credores ausentes que não puderam votar.

No caso de não aprovação do plano de recuperação, cabe ao juiz, em princípio, decretar a falência do devedor.

Existe apenas uma hipótese em que a não aprovação do plano de recuperação em assembleia não impede o juiz de conceder a recuperação judicial. Trata-se da hipótese prevista no art. 58, § 1º, da LFRE.

Disciplina o aludido dispositivo que o juiz poderá (trata-se de uma faculdade do magistrado), conceder a recuperação do plano que não obteve aprovação na assembleia, desde que tenha obtido, cumulativamente:





(i) voto favorável dos credores que representem mais da metade do valor de todos os créditos presentes à assembleia, independente das classes. Essa hipótese trata-se de uma “maioria geral”, contando-se o valor do débito e não do número de credores.

(ii) aprovação de pelo menos 02 (duas) classes de credores ou somente 01 (uma) quando haja somente 02 (duas) classes votantes.

(iii) voto favorável de mais de 1/3 dos credores na classe que rejeitar o plano.

A hipótese do art. 58, § 1º, da LFRE refere-se ao instituto do *cram down*, o qual tem por objetivo primordial evitar o abuso da minoria ou a prevalência de posições individualistas sobre o interesse da sociedade na superação do regime de crise empresarial.

Sobre o tema, a Quarta Turma do STJ, no julgamento do REsp nº 1.337.989/SP decidiu que *“visando evitar eventual abuso do direito de voto, justamente no momento de superação de crise, é que deve agir o magistrado com sensibilidade na verificação dos requisitos do cram down, preferindo um exame pautado pelo princípio da preservação da empresa, optando, muitas vezes, pela sua flexibilização, especialmente quando somente um credor domina a deliberação de forma absoluta, sobrepondo-se àquilo que parece ser o interesse da comunhão de credores”* (REsp n. 1.337.989/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/5/2018, DJe 4/6/2018.)

Em outro julgado, consignou a Corte Superior que *“a aplicação do cram down exige que o plano de recuperação judicial não implique concessão de tratamento diferenciado entre os credores de uma mesma classe que tenham rejeitado a proposta, hipótese da qual não se cogita no presente caso.”* (REsp 1634844/SP)

Conclui-se, assim, que a aprovação do plano de recuperação com base no instituto do *craw down* é uma faculdade do juiz, que deve embasar a sua decisão com base no princípio da preservação da empresa e desde que não haja tratamento diferenciado entre credores de uma mesma classe que tenha rejeitado a proposta.

Na espécie, como dito anteriormente, no primeiro cenário apresentado pelo administrador judicial, computando o crédito do credor SICOOB no montante de R\$





3.271,32, verifica-se que o plano teve aprovação de 100% dos credores presentes das classes I e IV, contudo, não se obtendo aprovação na classe III dos quirografários, pois foi obtido o voto de 04 (quatro) credores, equivalentes a 40% dos presentes e 62,57% do valor do crédito da respectiva classe. Já no segundo cenário apresentado pelo administrador judicial, computando o crédito do credor SICOOB no montante de R\$ 689.719,06, verifica-se que o plano teve aprovação de 100% dos credores presentes das classes I e IV, contudo, não se obtendo aprovação na classe III dos quirografários, pois foi obtido o voto de 03 (três) credores, equivalentes a 30% dos presentes e 48,61% do valor do crédito da respectiva classe.

Independentemente dos cenários adotados, constata-se que a recuperanda obteve voto favorável dos credores que representam mais da metade do valor de todos os créditos presentes à assembleia, independente das classes, ou seja, aprovação da “maioria geral”, contando-se o valor do débito e não do número de credores; a aprovação de pelo menos 02 (duas) classes de credores ou somente 01 (uma) quando haja somente 02 (duas) classes votantes; e o voto favorável de mais de 1/3 dos credores na classe III quirografários que rejeitou o plano, sendo cabível, portanto, a aplicação do instituto do *craw down*, nos termos do art. 58, § 1º, da LFRE.

Consigno que a aplicação do referido instituto não gera tratamento diferenciado entre credores da classe III (quirografários) que rejeitou o plano, de modo que não há impedimento quanto à aprovação neste ponto.

Impende salientar ainda que durante o curso do processo de recuperação, a autora demonstrou a sua viabilidade econômica e a capacidade para superar a crise econômica-financeira que está enfrentando, de modo que deve ser mantida (preservada) as suas atividades com o auxílio dos instrumentos da recuperação judicial.

Assim, cumpridas as exigências legais (art. 58, § 1º, da LFRE), aplico o instituto do *cram down* e **homologo o plano de recuperação judicial** apresentado pela recuperanda.

Do Controle de Legalidade do Plano de Recuperação





Segundo a jurisprudência do STJ, as decisões tomadas pela Assembleia Geral de credores, quando versarem sobre matéria de sua competência privativa, são soberanas, de modo que o Poder Judiciário somente deve imiscuir-se nas suas deliberações para o controle da legalidade formal ou material.

“(...)1. No processo recuperacional, são soberanas as decisões da assembleia geral de credores sobre o conteúdo do plano de reestruturação e sobre as objeções/oposições suscitadas, cabendo ao magistrado apenas o controle de legalidade do ato jurídico, o que decorre, principalmente, do interesse público consubstanciado no princípio da preservação da empresa e consecutória manutenção das fontes de produção e de trabalho. (...)” (REsp 1587559/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 22/05/2017)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONTROLE DO MAGISTRADO SOBRE O PLANO DE SOERGUIMENTO. APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES. VIABILIDADE ECONÔMICA. SOBERANIA DA AGC. LEGALIDADE. VERIFICAÇÃO PELO JUDICIÁRIO. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. 1. Processamento da recuperação judicial deferido em 24/05/2013. Recurso especial interposto em 04/11/2014 e atribuído ao Gabinete em 25/08/2016. 2. A jurisprudência das duas Turmas de Direito Privado do STJ sedimentou que o juiz está autorizado a realizar o controle de legalidade do plano de recuperação judicial, sem adentrar no aspecto da sua viabilidade econômica, a qual constitui mérito da soberana vontade da assembleia geral de credores. 3. O reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis. 4. Recurso especial não provido. (REsp 1660195/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017)





Com efeito, cabe à assembleia-geral de credores a análise do conteúdo das objeções oferecidas pelos credores, bem como deliberar sobre a viabilidade do cumprimento do plano de recuperação apresentado, podendo aprová-lo sem ressalvas, aprová-lo com ressalvas ou rejeitá-lo.

Neste sentido:

“(...)3. Tem-se que a objeção é analisada pela coletividade de credores, em AGC, os quais, discricionariamente, analisam a viabilidade do cumprimento do plano de Recuperação Judicial e, assim, votam pela sua aprovação ou rejeição.(...)” (TJPR - 18ª C.Cível - AI - 1456751-0 - Pato Branco - Rel.: Marcelo Gobbo Dalla Dea - Unânime - - J. 24.02.2016)

Contudo, essa soberania das decisões tomadas pela AGC não impede que o juiz realize o controle de legalidade dos termos do plano de recuperação, sobretudo quando se tratar de questão de ordem pública, que viole a igualdade entre os credores ou que impunha um encargo demasiado à recuperanda ou aos seus credores. O que é vedado ao juiz da recuperação judicial é a averiguação da viabilidade econômica da empresa a pretexto de fazer o controle de legalidade do plano.

No entanto, no caso dos autos não se vislumbra a necessidade do controle judicial de nenhum dos pontos do plano de recuperação aprovado.

Das Consequência da Homologação do Plano de Recuperação

a) Da Extinção das Execuções Individuais

De acordo com o art. 59 da Lei nº 11.101/2005 *“o plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias”*.





A Quarta Turma do STJ, no julgamento do REsp nº 1272697, fixou a tese de que *“após a aprovação do plano de recuperação judicial pela assembleia de credores e a posterior homologação pelo juízo competente, deverão ser extintas – e não apenas suspensas – as execuções individuais até então propostas contra a recuperanda nas quais se busca a cobrança de créditos constantes do plano.”*

DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APROVAÇÃO DO PLANO. NOVAÇÃO. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS AJUIZADAS CONTRA A RECUPERANDA. EXTINÇÃO. 1. A novação resultante da concessão da recuperação judicial após aprovado o plano em assembleia é sui generis, e as execuções individuais ajuizadas contra a própria devedora devem ser extintas, e não apenas suspensas. 2. Isso porque, caso haja inadimplemento da obrigação assumida por ocasião da aprovação do plano, abrem-se três possibilidades: (a) se o inadimplemento ocorrer durante os 2 (dois) anos a que se refere o caput do art. 61 da Lei n. 11.101/2005, o juiz deve convolar a recuperação em falência; (b) se o descumprimento ocorrer depois de escoado o prazo de 2 (dois) anos, qualquer credor poderá pedir a execução específica assumida no plano de recuperação; ou (c) requerer a falência com base no art. 94 da Lei. 3. Com efeito, não há possibilidade de a execução individual de crédito constante no plano de recuperação - antes suspensa - prosseguir no juízo comum, mesmo que haja inadimplemento posterior, porquanto, nessa hipótese, se executa a obrigação específica constante no novo título judicial ou a falência é decretada, caso em que o credor, igualmente, deverá habilitar seu crédito no juízo universal. 4. Recurso especial provido. (REsp 1272697/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 18/06/2015)

Com efeito, após a homologação judicial do plano de recuperação aprovado em assembleia-geral de credores, as execuções individuais dos créditos inclusos no plano deverão ser extintas, ainda que ocorra o inadimplemento posterior do plano, pois,





nesta hipótese, se executa o novo título formado pelo pronunciamento judicial ou é decretada a falência.

Esclareço, por oportuno e no que tange às execuções individuais, que os honorários advocatícios deverão observar o plano de recuperação judicial, acaso nele incluído, ou serem fixados pelo juiz da execução, em caso negativo.

As custas processuais, por sua vez, por força do princípio da causalidade, ficarão a cargo da recuperanda, já que o seu inadimplemento, ainda que atrelado a fatores externos de crise financeira, foi a causa do ingresso da ação executiva.

AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA DEVEDORA – APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PLANO – NOVAÇÃO – EXTINÇÃO DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS – a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial implica a extinção das execuções individuais contra a recuperanda – precedentes deste Tribunal e do STJ – crédito da agravada anterior ao pedido de recuperação, tendo ela constado da lista de credores – eventual divergência em relação a valores ou alegação de existência de outros créditos não contemplados no plano que devem ser objeto de impugnação no juízo da recuperação judicial – execução que deve ser extinta – despesas e honorários – princípio da causalidade – agravante que deu causa ao ajuizamento da execução – art. 85, § 10 do CPC/2015 – execução extinta por perda superveniente do interesse processual – custas e despesas a cargo da agravante, assim como os honorários advocatícios, ora fixados em 10% do valor atualizado da execução agravo provido, com observação no tocante aos encargos de sucumbência. (TJSP – AI nº 2202404-50.2016.8.26.0000. Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Privado. Relator: Castro Figliolia. Data do Julgamento: 31/08/2017)

b) Dos Créditos Habilitados Após a Homologação do Quadro de Credores





O procedimento de habilitação de crédito na falência/recuperação é considerado pela doutrina e jurisprudência como incidente processual no bojo do processo falimentar/recuperacional, instaurando-se o contraditório com a manifestação do administrador judicial, conforme conclusão extraída do disposto no artigo 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

Segundo o aludido dispositivo, a habilitação de crédito realizada após o prazo de 15 (quinze) dias será considerada retardatária e deverá ser feita na forma de impugnação, conforme estabelece o art. 10, § 5º, LFRE, tendo algumas consequências, como, por exemplo, a perda do direito a voto e ao rateio de eventuais sobras na sua classe.

Após a homologação do quadro-geral de credores, aqueles que não habilitaram seu crédito poderão, observado, no que couber, o procedimento comum previsto no Código de Processo Civil, requerer ao juízo da recuperação judicial a retificação do quadro-geral para inclusão do respectivo crédito (art. 10, § 6º, da LFRE).

Neste sentido também a jurisprudência:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO HABILITADO. CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO. POSSIBILIDADE DE RETIFICAÇÃO DO QUADRO GERAL DE CREDITORES MESMO APÓS A APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ACÓRDÃO QUE ACOLHEU EM PARTE AS ALEGAÇÕES DO AGRAVANTE, DETERMINANDO A REMESSA DOS AUTOS AO CONTADOR DO JUÍZO PARA ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. ART. 535, CPC. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS. Se o crédito estava vencido é legítima a incidência dos encargos decorrentes da mora, computados até a data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, para inclusão ou retificação do quadro geral de credores. (TJPR - 17ª C.Cível - EDC - 1403899-8/01 - Campo Mourão - Rel.: Lauri Caetano da Silva - Unânime - J. 09.12.2015)





O referido procedimento, contudo, não se aplica aos credores trabalhistas, haja vista que, conforme dispõe o § 2º, do art. 6º, da LFRE *“é permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho(...)”*, o que significa que o crédito decorrente da legislação do trabalho pode ser habilitado no processo de recuperação judicial a qualquer momento.

Ressalta-se que segundo o entendimento do STJ, *“a consolidação do crédito trabalhista (ainda que inexigível e ilíquido) não depende de provimento judicial que o declare — e muito menos do transcurso de seu trânsito em julgado —, para efeito de sua sujeição aos efeitos da recuperação judicial.”* Isso significa que o crédito oriundo de trabalho realizado em momento anterior ao pedido de recuperação pode e deve ser habilitado, fazendo parte do quadro-geral de credores.

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. MOMENTO EM QUE SE CONSIDERA EXISTENTE O CRÉDITO TRABALHISTA. EXEGESE ART. 49 DA LRF. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. 1. Ação de habilitação de crédito da qual foi extraído o recurso especial, interposto em 09/06/2016 e concluso ao gabinete em 14/12/2016. Julgamento: CPC/15. 2. O propósito recursal é decidir em que momento se considera existente o crédito trabalhista para efeitos de sua habilitação em processo de recuperação judicial (art. 49, da Lei 11.101/05). 3. Considera-se existente o crédito no momento da prestação do serviço do trabalhador, independente do trânsito em julgado da reclamação trabalhista, que apenas o declara em título executivo judicial. Precedente Terceira Turma. 4. Recurso especial provido. (REsp 1686168/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 15/09/2017)

Dispositivo

Mediante todo exposto, cumpridas as exigências legais, **HOMOLOGO** o plano de recuperação judicial aprovado com base no instituto do *cram down*, e **CONCEDO** a





recuperação judicial à I. PINHELI & E. VIAN FERRAGENS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
– ME (CIA FERRO), nos termos do art. 58, § 1º, da LFRE.

Intimem-se. Diligências necessárias.

Cianorte-PR, 05 de junho de 2020.

Sâmya Yabusame Terruel Zarpellon

Juíza de Direito

